

Medo e insegurança nas cidades: a violência no uso dos espaços públicosSaádia Maria Borba Martins¹**Resumo:**

Este artigo busca delinear a conjuntura teórica em torno da insegurança no mundo moderno gerada pelo fenômeno da urbanização. A falta de segurança, a violência crescente nas áreas urbanas principalmente no uso dos espaços públicos. O estudo dessas questões desenvolvido por diversos autores como Zigmunt Bauman, Alba Zaluar, Michel Misse, Ângelo Serpa, Tereza Pires do Rio Caldeira e Henry Lefebvre enfatizam os aspectos trabalhados no âmbito de investigação da dissertação de mestrado intitulada “Impactos no Uso das Cidades: a violência no uso dos espaços públicos de Londrina – PR (Zerão, Igapó I e Igapó II)”.

O foco teórico central é o debate contemporâneo, do qual encontramos várias articulações lógicas entre a proliferação de problemas associados à urbanização, como a democratização dos territórios, segregação sócio-espacial e a violência perpetrada aos frequentadores de áreas de lazer.

Palavras-chave: Medo e insegurança nas cidades. Violência urbana. Uso dos espaços públicos. Segregação urbana.

Abstract:

This paper discusses the relationship between the feeling of insecurity and public leisure space in the city of Londrina, located in northern Paraná. The insecurity in the modern world can be considered a phenomenon of urbanization. The lack of security and increasing violence in urban areas are reflected mainly in the use of public recreational areas. The literature used in this study involved the authors as Zigmunt Bauman, Alba Zaluar, Michel Misse, Angelo Serpa, Yi-Fu Tuan, Hannah Arendt, Teresa Pires do Rio Caldeira and Henri Lefebvre on issues related to modern cities, violence and sensations that

¹Coordenadora de Relações Institucionais e Extensão universitária da Unifoz. Professora de Direito Ambiental da Unifoz. Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; Especialista em Ciências Políticas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; Mestre em Dinâmica Espaço Ambiental pela UEL. Mestre em Gestão Empresarial pela Universidad de Ciencias Empresariales Y Sociales - Argentina. Atua na área de Direito da Cidade e Direito Ambiental, com ênfase nos seguintes temas: Direito Ambiental, Violência Urbana, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas, Política Nacional do Meio Ambiente e Educação Ambiental.
Email: saadia.martin@hotmail.com

evoke the spaces in people. The central theoretical focus is the contemporary debate, which we find several joints between the proliferation of logical problems associated with urbanization, such as the democratization of the territories, socio-spatial segregation and violence experienced by visitors to recreational areas.

Keywords: Fear and insecurity in cities. Urban violence. Use of public spaces. Urban segregation.

INTRODUÇÃO

O título deste artigo destaca a relevância do estudo do processo de urbanização que se exprime através da incerteza quanto ao futuro no que diz respeito à segurança e a crescente violência urbana e o papel dos espaços públicos na cidade contemporânea.

Não podemos deixar de associar que a crise ambiental hodierna reflete uma contradição estabelecida entre paradigmas de desenvolvimento adotados pela sociedade e a sustentação deste pelas cidades. Todas as formas de desenvolvimento implicam mudanças e conseqüências nos sistemas naturais e nas sociedades que os utilizam. Para Zygmunt Bauman (2009) as “cidades globais” traçam as linhas fundamentais daquilo que se pode considerar a dinâmica básica em torno da qual giram as principais cidades do mundo. Elemento central do raciocínio de Bauman: as cidades globais entraram numa nova fase histórica, inaugurada no fim do século XX.

No início do século XXI, todos os fóruns apresentam discussões e receitas para cidades contemporâneas onde despontam e se expandem novos fluxos de inovações tecnológicas. Em um aparente consenso nas agendas institucionais quanto ao planejamento urbano há um conjunto de supostas certezas que orientam para o enfrentamento das incertezas da contemporaneidade. Nessa perspectiva se faz mister delinear a conjuntura teórica em torno da insegurança no mundo moderno gerada pelo fenômeno da urbanização.

Assim, no debate contemporâneo, encontraremos várias articulações lógicas entre a proliferação de problemas associados à urbanização como a democratização dos territórios, a segregação sócio-espacial e a violência no uso dos espaços públicos. Segundo Baumann (2009) há uma transformação em curso emanada de dois efeitos produzidos por dois

movimentos assim delineados: a) nas grandes áreas urbanas se concentram as funções mais avançadas do capitalismo, quais sejam centros globais; b) assim as cidades tornam-se objetos de intenso fluxo de pessoas o que gera uma cidade dividida: por bairros nobres onde se alocam elites globais móveis que não estão interessadas no negócio de sua cidade; sem sentimento de “pertencimento”. Elite que vão de um lugar para outro visando uma posição melhor nesse ciberespaço. Para as quais as cidades não passam de um “lugar”, apenas uma morada.

O que se relaciona estreitamente com as pressões globais e o modo como a identidade local são negociadas nas cidades e em bairros mais pobres, populares, onde se juntam uma população excluída consequência da decomposição do Estado Social. Há uma verticalização onde a elite desfruta das oportunidades de mercado e os pobres ou excluídos ocupam espaços abandonados e desmembrados. Neles residem os de “cidadãos da última fila”, condenados a permanecer nesse lugar, cuja esperança é permanecer na cidade afundando-se na miséria. Mesmo ilhados e segregados, esses diferentes despertam o medo em outros. O medo do outro que Baumann define como xenofobia, é o medo que o ser humano tem do que lhe é diferente, e ao compartilhar o espaço com o estrangeiro cria um sentimento de perigo iminente. “A xenofobia – a suspeita crescente de um complô estrangeiro e o sentimento de rancor pelos “estranhos” – pode ser entendida como um reflexo perverso da tentativa desesperada de salvar o que resta da solidariedade local” (BAUMANN, 2009, p. 14).

Assim, em razão de vários fatores, o crescimento atemorizante da população mundial, somado à elevação das exigências do homem, cada vez mais distante de suas raízes naturais, identificado com conceitos artificiais de vida, cujas bases são direcionadas a um alto nível de consumo, distancia-se dos cuidados necessários para preservação da especificidade da vida social nos grandes nos grandes centros urbanos surgidos a partir do século XIX, com a expansão das megacidades surgidas a partir da Revolução Industrial. Baumann (2009), referindo-se as todas as discussões e receitas para cidades, afirma que as realidades da vida urbana logo chegam para arruinar essas cuidadosas classificações. Na prática não servem de muita coisa para os planejadores urbanos, e menos ainda para os habitantes que enfrentam os desafios da vida na cidade. Ele relata que o Estado moderno se modificou e teve de enfrentar a tarefa numa nova realidade:

Os medos modernos tiveram início com a redução do controle estatal (a chamada *desregulamentação*) e suas conseqüências individualistas, foi fragilizado ou até rompido. A modernidade sólida administrava o medo tendia a substituir os laços “naturais”. A solidariedade sucedeu a irmandade como melhor defesa para um destino cada vez mais incerto. (BAUMANN, 2009, p. 4)

Pensa-se que o homem tem uma predisposição natural para descobrir novos caminhos, ultrapassando obstáculos que viabilizem a conquista de espaços desconhecidos, com base em uma falsa premissa de que todas as suas investidas estão direcionadas para o bem da sociedade, quando de fato através de suas ações, proporciona uma desenfreada degradação no seu *habitat*, colocando em risco o seu bem estar e a própria sobrevivência da espécie.

As razões expostas pelos estudiosos precursores do destino das cidades globais implicavam na tentativa de fazer com que o pensamento dominante passasse a aceitar tais premissas como fundamento para o novo plano teórico que se via em criação. Baumann (2009) acentua que quem mora na cidade contemporânea torna-se objeto de investimentos urbanísticos e de difuso sentimento de medo. Para se dimensionar o que seria Confiança e Medo nas Cidades, segundo Baumann (2009) devemos considerar que a dinâmica estrutural é uma política de controle e repressão, onde encontramos uma cidade dividida de um lado a Elite que desfruta de um alto nível de consumo e, na outra face do espaço urbano estão os “cidadãos da última fila”, aqueles que não satisfazem suas necessidades básicas.

A modernidade impõem uma sociedade de risco e o entendimento de complexidade que permeia a análise das implicações que se manifesta no processo das inter-relações do binômio indivíduo e sociedade. Assim, o viver humano na modernidade tem alterado significativamente a qualidade de vida dos indivíduos, ou seja, viver melhor, tanto no sentido objetivo (IDH) quanto subjetivo (individual) de ser.

Fornecer respostas para questões como Medo e Insegurança nas cidades, violência urbana e uso dos espaços públicos tornará a pesquisa não apenas relevante para investigação como poderá também contribuir significativamente à análise das dimensões do fenômeno da Urbanização como, também viabilizar sua teorização.

1 MEDO E INSEGURANÇA NAS CIDADES

O impacto das cidades com a crescente violência urbana é uma das principais inquietações atuais, no que diz respeito tanto às condições como à qualidade de vida nas cidades. Neste sentido, procura-se discriminar tudo o que acredita-se inviabilizar a duração das cidades. Com ameaça à estabilidade do uso dos espaços públicos pelos munícipes, sendo, portanto, um fenômeno geográfico e social. No que concerne especificamente a violência e medo nas cidades e como as pessoas estão se relacionando com os locais onde vivem, Baumann (2009, p. 2) lhe faz referência

A insegurança moderna é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos, na constância e na regularidade da solidariedade humana. Relatando que Castells atribui a culpa por esse estado de coisas ao individualismo moderno. Dever individual de cuidar de si próprio, areia movediça da contingência, o perigo está em toda parte são inerentes a essa sociedade.

O desejo de desfrutar de um ambiente digno e capaz de assegurar o bem estar social é anseio de todos, sendo necessário o aprofundamento nas questões que viabilizem o alcance do efetivo bem para a sociedade, o que deve partir do próprio Poder Público, com a devida fiscalização da coletividade e da responsabilização concreta daqueles que infringirem estes princípios. Baumann (2009) comenta o movimento aparentemente contraditório entre o fenômeno na escala global e a intensificação da escala local da política:

No mundo que se globaliza, a política tende a ser *local*. Ela se volta para as questões sociais, as relações de bairro. Únicas questões em relação às quais se pode 'fazer alguma coisa', sobre as quais é possível influir, recolocando-as nos eixos, melhorando-as, modificando-as. O nosso agir ou não-agir só pode 'fazer a diferença' quando se trata de questões locais. Situações cujas causas são indubitavelmente globais, só entram no âmbito das questões políticas quando têm repercussões locais. (BAUMANN, 2009, p. 7).

A razão desta afirmação reside do fato de que o risco advindo das decisões mal formuladas atinge a todos os indivíduos, indistintamente, e não uma pequena parcela da comunidade, sendo praticamente inviável determinar os malefícios que determinado dano ambiental pode causar, a área de sua incidência e o grau de seu risco.

Como afirma Baumann (2009), “as cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização. Os que foram eleitos estão diante de uma tarefa de encontrar soluções locais para contradições globais”. No contexto, Baumann (2009, p. 11):

Daí o paradoxo destacado por Castells: ‘Políticas cada vez mais locais num mundo estruturado por processos cada vez mais globais’. ‘Houve uma produção de sentido e de identidade: a minha vizinhança, a minha comunidade, a minha cidade, a minha escola, a minha árvore, o meu rio, a minha praia, a minha igreja, a minha paz, o meu ambiente’. [...]. Quanto mais se ‘fecham em si mesmas’, mais ficam ‘desarmadas diante do vórtice global’, e tendem a se tornar também mais fracas na hora de decidir sobre os sentidos e as identidades locais [...].

Tendo por base este raciocínio, é de fundamental relevância a necessidade do Poder Público em dedicar-se verdadeiramente às suas atividades, objetivando modificar seus pensamentos e rever suas decisões, atinentes a segurança pública, pois é fato que a insensibilidade das autoridades se reflete sobre todos os indivíduos que lutam pelo direito de viver em sociedade em comunhão. Os riscos são tanto maiores quando se sabe que os que ocupam posições dominantes no espaço social também estão em posições dominantes no campo da produção das representações e das idéias. No texto “Oito Temas para Debate: Violência e Segurança Pública” apresentado no congresso da Associação de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), no final de outubro de 2001, Alba Zaluar (1998) comentou a importância que o tema vem tomando em várias esferas e as dificuldades no seu tratamento:

[...] O grande desafio para eles, bem como para os militantes de movimentos políticos e os cidadãos do país foi explicar como, justamente no período em que o país recuperava as instituições da democracia, ocorreu grande aumento da

criminalidade e das violências, seja a institucional, seja a doméstica, seja a difusa violência urbana. Nas paradoxais tentativas de encontrar respostas para este enigma, muitas foram as proposições repetidas nos meios de comunicação de massa ou nos estudos mais especializados.

Essas constatações provocam novas formas de realização de políticas: luta por ações determinadas e não a única esfera das grandes utopias; articulação de objetivos sociais e articulação do Estado, empresas e sociedade civil político; participação democrática como princípio de todas as políticas; necessidade de informação para materialidade das cidades sendo politicamente construída, ou seja, dependentes das condições que legitimem seus pressupostos políticos.

Baumann (2009, p. 16) refere-se ao medo nas áreas urbanas leva às últimas conseqüências, de forma paradoxal, considerando que as cidades tiveram como uma de suas funções o de ser um lugar seguro. O medo acarretou no aumento de dispositivos como as trancas de automóveis, sua blindagem, sistemas de segurança que incluem câmeras em lugares públicos, privados e comerciais. Edifícios (condomínios verticais) e condomínios horizontais trouxeram para dentro de suas áreas, enquanto área comum, espaços dedicados ao lazer e à recreação. Isto faz surgir um agrupamento de indivíduos unidos por interesses, hábitos, opiniões comuns e pelo sentimento de consciência de corpo social, inseridos em situações de angústia e de insegurança. A transferência do que era antes situado no espaço público para o espaço privado das plantas dos empreendimentos imobiliários de diversos padrões aquisitivos, como *playground*, espaços de caminhada, áreas de lazer e jogos, quadras de esporte revela a saída individual quando os serviços públicos falham ou são incapazes de atender e garantir essas necessidades aos moradores de bairros distintos. Ruas, praças e calçadas seguras parecem hoje serem sinônimas de lugares onde há vigilância privada, providenciada pelos moradores ou comerciantes, independente do poder aquisitivo ou da faixa de renda. Os medos vão além se considerarmos as possibilidades de enchentes, desbarrancamentos e deslizamentos, alagamentos e a perda de bens e adoecimentos em função desses acontecimentos como ocorrem na época das chuvas de verão em razão do descompromisso das autoridades no processo de ocupação de áreas de risco nas cidades. A crise de legitimidade das políticas urbanas está ligada à incapacidade

de se fazer frente aos riscos incorporados ao imaginário individual e social. De acordo com Acselrad (1999, p. 86),

A crise da legitimidade das políticas urbanas poderá ser atribuída também à incapacidade de se fazer frente aos riscos tecnológicos e naturais. Na perspectiva da equidade, o risco culturalmente construído, apontará a desigualdade intertemporal no acesso aos serviços urbanos com a prevalência de riscos técnicos para as populações menos atendidas pelos benefícios dos investimentos públicos ou afetadas pela imperícia técnica na desconsideração de especificidades do meio físico das cidades, tais como declividades, acidentes topográficas, sistemas naturais de drenagem.

A razão desta afirmação reside do fato de que o risco advindo das decisões mal formuladas atinge a todos os indivíduos indistintamente e não uma pequena parcela da comunidade, sendo praticamente inviável determinar os malefícios que determinado dano possa causar, bem assim, a área de sua incidência e o grau de seu risco.

Em relação à segurança pública, Alba Zaluar (1998) considera que houve perda do monopólio estatal da violência legítima, nesse sentido entendemos que isso reforça o que Bauman (2009) identifica da relação entre o global e o local nas cidades e as respostas privadas à incapacidade de atendimento efetivo dos serviços públicos:

Assiste-se assim, nos países mais avançados tecnologicamente, à perda do monopólio estatal de violência legítima, fundamento de sua soberania, em proveito de empresas privadas de segurança, de grupos ou indivíduos armados e de organizações ou redes transnacionais do crime. Nos Estados Unidos, que detêm 43% do mercado de armas no mundo, existem hoje 67 milhões de pessoas armadas ou 70 milhões de armas, sendo produzido a cada ano, mais 1,5 milhões delas. O comércio interno de armas nesse país é o único não regulamentado, e escapa aos controles do Estado e dos consumidores. [...] Hoje, no cenário da violência no mundo, não se pode excluir o impacto local do contrabando de armas, que, embora legalmente comercializada em seus países de origem, entram ilegalmente em países do chamado Terceiro Mundo, entre os quais o Brasil. Além disso, pelos dados do Núcleo de Violência da Universidade de São Paulo, apenas no vigilantismo existem aqui mais de mil empresas, que empregam mais de 400 mil homens armados. Só em São Paulo estes somariam 90 mil, dez vezes o número de policiais civis do estado. (ZALUAR, 1998, p. 256-257).

Ao referir-se a perda do monopólio estatal Alba Zaluar (1998) refere-se às políticas públicas como um agente importantíssimo para promoção e manutenção do processo de inclusão/exclusão social. Pois é a partir de suas políticas públicas que se dá através da alocação de investimentos públicos, principalmente em infra-estrutura urbana.

Segundo Caldeira (2003, p. 9), essas estratégias de proteção e de reação à insegurança e o medo que afetam o tecido social em sua totalidade têm conseqüências em dois âmbitos principais quando a violência passar a fazer parte do cotidiano. As formas de se lidar com ela simbolicamente e materialmente assumem separações, fragmentações e exclusões espaciais no espaço urbano.

O crescente aumento da violência e do medo nas cidades e como as pessoas estão se relacionando com os locais onde vivem está, indubitavelmente, ligado aos dados estatísticos amplamente divulgados na imprensa escrita e televisiva nas metrópoles brasileiras, o que potencializa a tensão social criando e gerando a Fobópolis (SOUZA, 2008) (o medo nas grandes cidades) posto que os acontecimentos se disseminam rapidamente. A discussão empreendida resulta em considerar que os processos globais trazem reflexos no âmbito local das cidades, o medo ao outro é uma característica que independe de condições objetivas, mas que se reforça quando as condições reais se apresentam, e as cidades da maneira como são construídas estruturalmente criam espaços que despertam a sensação de medo aos seus habitantes, entre eles, os espaços públicos.

2 USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Destacam-se para a realização de revisão da literatura acerca do debate em torno da questão e dos desafios teóricos do uso do Espaço Público os autores utilizados por SERPA (2009). Em seu trabalho comparativo de espaços públicos de parque na orla da cidade de Salvador (Bahia) e de parques na cidade de Paris há uma discussão importante e pertinente sobre distintas concepções sobre o seu significado, assim como oposições entre o público e o privado, as diferenças entre eles, para quem eles são construídos e quem os freqüentam. Refazer esse caminho de leituras - HABERMAS, 1984; ARENDT, 1972; GOMES, 2002; LEFEBVRE, 1991; SERPA, 2009; CASELLA, 2006; GRINOVER, 1973 – orientou o estabelecimento da fundamentação teórica para o conhecimento no sentido da definição do

que seja “espaço público” na filosofia política, na geografia, na sociologia, bem como na história. Nesse percurso, apareceram diferentes desafios de como entender que a questão “Espaço Público” está sempre relacionada às questões políticas, ideológicas e de relações de consumo na cidade.

No dizer de Casella (2006, p. 1), “os espaços públicos compreendem todas as áreas de uso comum da coletividade, muitas vezes sob os cuidados do poder público, mas não eximindo a responsabilidade que a sociedade, como um todo, deve ter para com eles”. Se outrora esses locais eram de encontros, ou seja, as pessoas procuravam lugares públicos como praças e parques, para compartilhar, conversar com amigos, “locais de acolhimento”, esses espaços foram se reduzindo a locais de passagem e não mais de estada, tornando-se, muitas vezes, locais de degradação e marginalidade. Nesse sentido, observamos que a ocorrência de significativas transformações no tecido urbano, produto de um modelo determinado de desenvolvimento, promoveu mudanças específicas do ponto de vista de democratização dos territórios. A expressão destas transformações nas pessoas revela-se por um crescente estado de anomia que se abate em parte dos indivíduos através da desordem, da insensibilidade e das conseqüências mais graves, que são a violência das cidades. Assim, para Serpa (2009) ainda que o espaço seja público poucos se beneficiam desse “espaço” comum a todos. Em seu entendimento: “discutir o espaço público na cidade contemporânea, consiste, antes de tudo, em um desafio, não só para geografia, mas também para todas as ciências e filosofias que se pretendem políticas e ativas” (SERPA, 2009, p.9).

Essa perda de importância dos espaços públicos também reflete, em muito, a perda da sociabilidade das pessoas que, cada vez mais, estão recolhidas em seus cotidianos domésticos e profissionais. Nesse sentido Arendt em sua obra, *A condição humana*, demonstra uma preocupação em recuperar o real sentido do espaço público. Onde coexistem, política, ação e liberdade. Sua preocupação com o agir é plural, se não vejamos, para Arendt não apenas para a esfera pública a pluralidade é essencial, mas também o é para a realização da política. Segundo esta autora “a política baseia-se na pluralidade dos homens” e “trata da conveniência entre diferentes”. Não há uma essencialidade na política, ela surge no “entre-os-homens” e no “intra-espaço” que se estabelece entre eles como relação. (ARENDR, 2002, p.21-24, apud OLIVEIRA, 2010). Nesse sentido, política e esfera pública caminham de mãos dadas. É da própria natureza da política se evidenciar na

esfera pública, espaço necessariamente da pluralidade e da coabitação dos diferentes. Contudo, nem toda esfera pública é necessariamente o lugar de realização da política, uma vez que o domínio do público, sob a ótica da autora, engloba tudo aquilo que tem existência na realidade aparente ou espaço de aparição. Para Arendt (2004, p. 79) as esferas pública e privada estão submersas na esfera do social. E a moderna intimidade constitui uma fuga do mundo exterior para a subjetividade interior do indivíduo, “as quatro paredes do espaço privado oferecem refúgio seguro contra o espaço público comum - não só contra o que nele ocorre, mas também contra a publicidade que há nele, contra o fato de ser visto e ouvido” (ARENDR, 2004, p. 81).

Jürgen Habermas (1987, p. 187) tratou dessa oposição e complementaridade do privado e do público na cidade relacionado-os ao espaço.

a conformação das cidades está ligada às formas de vida, necessidades sociais, aos imperativos funcionais e, sobretudo econômicos. A natureza privada de um espaço depende da natureza pública do outro, a subjetividade do indivíduo privado está ligada à publicidade.

Segundo Habermas (2003), com o passar do tempo os salões tendem a desaparecer, e as casas ficam mais isoladas umas das outras através de muros, cercas, e internamente há individualização dos espaços. Isso mostra que o esvaziamento da esfera familiar íntima se expressa no espaço físico, e a perda da esfera privada e a falta de segurança na vida pública são traços característicos no modo de vida das cidades contemporâneas, mesmo com todo o desenvolvimento técnico e econômico.

Lefebvre (1994, p. 42-45) apresenta a tríade espacial de social do espaço: o espaço concebido; o espaço vivido; e o espaço percebido (práticas espaciais, representações espaciais e espaços de representação). O espaço concebido para Lefebvre é o da representação abstrata traduzido no capitalismo que ao mesmo tempo em que o espaço carrega consigo simbolismos explícitos ou clandestinos – representações das relações de produção – próprios do cotidiano, do particular, do vivido, transmite, também, as mensagens hegemônicas do poder e da dominação – representações das relações sociais de

produção –, expressões do geral, do concebido pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real. Salienta, ainda, que hoje as pessoas se programam sempre direcionadas ao consumo o que para Lefebvre, torna-se uma “sociedade de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1980, p.48). Sendo os espaços construídos nessa lógica capitalista, individualistas que valorizam o estético pela força da imagem. No entanto, surge um novo espaço (da sociedade local) para o autor o espaço contém e está contido nas relações sociais.

Dos autores anteriores cabe uma questão ainda em processo de reflexão sem uma resposta definida, mas dúvidas a serem cotejadas. Como essas distintas contribuições podem auxiliar a compreensão das qualidades atribuídas ao espaço cotidiano frequentado pelas pessoas para atividades de lazer e movimento ao mesmo tempo, ou em momentos outros, e que são também frequentados por usuários de drogas e onde ocorrem delitos e depredações? Seria adequado considerar a apropriação privada do espaço público em determinados horários para o lazer das caminhadas como um direito exercido do cidadão ao direito à saúde? E o que dizer sobre os momentos em que esse mesmo espaço público é ocupado por atividades que traduzem exatamente o contrário dessa qualidade e objetivo original? O que há de político na esfera cotidiana através de comportamentos em que cidadãos se apropriam de espaços públicos para consumirem de seu modo um consumo que lhes foi dirigido? Haveria a possibilidade desse cidadão apropriar-se desse espaço público de outra maneira? E que tipo de espaço público possibilita o encontro e a convivência com pessoas fora da esfera familiar e que propicia a formação de relações sociais fora do âmbito familiar? Frente aos teóricos surge o embate como pesquisadoras de buscar organizar e identificar empiricamente o que se nos apresenta cientificamente, objetivando o entendimento da violência especificamente nos espaços públicos.

3 Espaço Público Urbano e Segregação Urbana: Enclaves Fortificados

A ideia de discorrer sobre espaços urbanos em correlação com a chamada segregação urbana remeteu ao direito à cidade e a pretensão de encaminharmos uma visão mais alargada do fenômeno da urbanizada, do sentido de espaço e de segregação socioespacial urbanizada. Cabem aqui as reflexões de Lefebvre.

Na sociedade moderna, pós-revolução burguesa, o sentido do direito à cidade é o da cidade como o lugar do direito. Assim compreende Lefebvre (2001, p. 135): "[...] o direito a cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito a liberdade, a individualização na socialização, ao habitat e ao habitar". Também, "o direito a obra [a atividade participante] e o direito a apropriação [bem distinto do direito a propriedade]". Significa entendermos que qualquer indivíduo pode manifestar a pretensão de habitar a cidade porque aí se constitui o novo espaço jurídico; fonte concreta de emancipação, de realização de suas aspirações como homem. Na expressão do direito, a cidade é a estrutura espacial e social que insere o indivíduo em uma rede de práticas contratuais e de relações formais.

Com o desenvolvimento do Estado Moderno, a cidade passou a ser o espaço jurídico do direito à reivindicação dos recursos institucionais necessários ao bem-estar do homem. A cidade passou, então a representar a organização espacial concreta da previdência social e da riqueza. Explica Lefebvre (2001, p. 32) que:

na sociedade moderna, o Estado subordina a si os seus elementos e materiais, entre os quais a cidade. Todavia, esta continua a ser uma espécie de subsistema no sistema total, filosófico-político, com o sistema das necessidades, o dos direitos e deveres, o sistema da família e dos estados (profissões, corporações), o da arte e da estética, etc.

A cidade se afigura como o projeto da sociedade sobre um local, notadamente, físico. A esse local todos temos direito em sua totalidade, pois a cidade é como o conjunto de necessidades e aspirações para a realização da vida, e tem como base um conjunto de práticas contratuais, que são desdobradas em normas e posturas que regem a vida humana nesse local. Em termos de estrutura material e simbólica, a cidade se caracteriza como um local de trocas – afetivas e mercadológicas –, lugar de provisão, de concentração de valores, de estocagem; lugar da produção, da circulação, mas, também, da reprodução da própria vida social em um sentido amplo.

A riqueza cultural se concentrou na cidade, em suas bibliotecas, museus, monumentos, instituições de ensino, imprensa, bem como a memória concreta de

diferentes gerações que escrevem a sua própria história. Como entende Lefebvre (2001, p. 57), a cidade foi (e ainda é), o espaço da manifestação e do comprometimento próprios da ação política, associada à exposição diante do outro. "[...] local de confrontos e das relações [conflitantes] entre desejo e necessidade, entre satisfação e insatisfação"; a cidade se caracteriza "pela pluralidade, pela coexistência e simultaneidade no urbano de padrões, de maneiras de viver a vida urbana". Compreendemos, então, que ter direito à cidade significa o direito à participação nos valores – bens públicos, patrimônio e serviços – tanto aqueles que são de forma desigual distribuídos pelo mercado, como àqueles que gestados pelo poder público, e que são de vital importância para assegurar o bem-estar de seus moradores. Incluem-se aí, os valores simbólicos – culturais, artísticos e estéticos –, os valores de uso da cidade e seu preço como bem coletivo.

Entretanto, o desenvolvimento urbano das grandes cidades – responsável pela segregação espacial – tem produzido cidades em territórios estanquizados, que transformaram a cidade; se outrora lugar de integração das distintas formas culturais e de diversos grupos migratórios, hoje da fragmentação e, com ela, uma infinidade minúscula de espaços que são permeados por tensões e conflitos, os quais se multiplicam de forma proporcional à fragmentação. Na opinião de Oliveira (2006, s.p.):

a cidade, em certa medida, tem se tornado um lugar de passagem. Um lugar de 'ordem em público', segundo uma dada racionalidade instrumental implementada pelo planejamento estatal, e não de 'ordem pública', pactuada entre os diferentes atores sociais.

Na percepção do autor, a cidade é vista como expressão da segmentação socioespacial e da fragmentação do tecido urbano.

O tecido urbano é uma espécie de redes de malhas desiguais, um ecossistema não equilibrado. Dentro do tecido urbano existem ilhas de miséria e opressão [...] assim a cidade e o urbano não podem ser compreendido sem as instituições oriundas das relações de classes e de propriedade. (LEFEBVRE, 1991, p. 34).

Caldeira (2000), em referência aos “enclaves fortificados”, defende que os ideais democráticos que emergiram com a cidade como, por exemplo, liberdade, igualdade, tolerância e respeito à diferença, progressivamente são substituídos pela fragmentação e pela separação rígidas de espaços, garantidas por uma segurança sofisticada e estruturada sobre a valorização da desigualdade. Em torno de tudo isto, vem à tona o desrespeito à justiça e aos direitos individuais, o que, sobretudo, impedem a expansão da democracia para além das possibilidades conferidas pela participação política. Nessa compreensão, a autora aponta a emergência e/ou o fortalecimento de preconceitos contra segmentos da população como, por exemplo, os “nortistas” referindo-se aos nordestinos, chegados há pouco tempo à cidade de São Paulo, “representativos do processo de decadência social que afeta ou ameaça os habitantes dos bairros” – objetos de sua investigação –, “ou é por eles temido” (p. 37).

Comenta Caldeira (2000, p. 121) que “nas regras que organizam o espaço urbano” existem (ao) “basicamente padrões de segmentação social e diferenciação”. Assim, entendemos ser possível que essa segmentação também ocorra em outras cidades, tendo em vista que a percepção de que a crise econômica, por extensão, sentida em todo o país, alimenta um sentimento de incerteza e desordem, o que estimula o policiamento das fronteiras sociais, que contribui para a formação de categorias preconceituosas.

A autora, ainda, pontua para reflexões que muitas dessas concepções, ou categorias preconceituosas, são recorrentes entre os entrevistados em seu estudo, tanto entre os nascidos em São Paulo como entre os migrantes oriundos de diversas regiões do Brasil. Essas representações estabelecem distinções nítidas e rigorosas entre aqueles que falam e se identificam com o bem e os que estão do lado do mal – o crime e os criminosos –, marginalizados e ditos ‘menos humanos’, liminares, poluentes e contaminadores.

À medida que se estabelece, conforme Caldeira (2000, p. 85-9), essa separação rígida torna mais evidentes o paradoxo e a tensão embutidos na situação de segregação social em que se encontram os próprios segregados, tanto no âmbito do espaço como no social. Assim, à medida que o repertório incorporado pelas categorias subalternas para pensarem sua própria condição de subalterna é ambíguo e contraditório, também, as

discrimina e as marginaliza em classe social. De acordo com a citada autora, essa análise comprova a inadequação dos juízos emitidos nas falas dos entrevistados em seu estudo.

Nas constatações de Caldeira (2000, p. 27) é possível descobrir que, em torno do processo de construção simbólica, também, se constrói um círculo em torno do qual o medo é trabalhado e reproduzido, enquanto que a violência é combatida e ampliada. Como menciona a autora, a “fala do crime” propicia abusos por parte das instituições da ordem e a contestação dos direitos e da cidadania, além de produzir acentuada segregação socioespacial e a própria violência.

Mediante as reflexões oportunizadas nessa dissertação, parece não restar dúvidas de que o aparecimento de novos empreendimentos residenciais vem alterando as relações entre o centro e a periferia nas cidades. Esta constatação é um dos fundamentos da nossa proposição de que as cidades passam por uma reestruturação, inclusive as de porte médio como Londrina.

Nessa reestruturação, pelo imaginário idealizado, o Poder Público seria responsável por zelar pelos interesses de toda população e o interesse privado seria a expressão econômica e sociocultural de diferentes grupos sociais. Entretanto, a segregação socioespacial, na forma como analisada por Serpa (2009), acaba sendo apontada como um dos principais motivos para o acesso a serviços públicos de baixa qualidade. Zaluar (2003), em análise acerca da falta de alternativas de lazer à população segregada, principalmente daquelas opções ofertadas e desenvolvidas em espaços de domínio público, menciona que tais faltas auxiliam na sedimentação de um universo de vulnerabilidade social, que, não raro, se liga ao tráfico, à violência urbana e às altas taxas de homicídios.

4 VIOLÊNCIA URBANA

O trabalho mais recente a respeito da violência urbana em escala municipal destacou a interiorização da violência, com a reprodução do ambiente violento das grandes metrópoles a partir do incremento das taxas de mortalidade por acidentes de trânsito, homicídios e uso de armas de fogo (WAISELFISZ, 2007). Essa inversão, que já havia sido observada desde 2004, se reforçou em 2006:

até 1999, os pólos dinâmicos da violência localizavam-se nas grandes capitais e regiões metropolitanas, a partir dessa data, observou-se certa estagnação nessas áreas e o deslocamento da dinâmica para o interior dos Estados, cuja violência continuava crescendo a um ritmo maior que o anterior (WASELFISZ, 2007, p. 8).

Para Misse (2002), “Violência não é uma expressão descritiva ou neutra, ela já toma partido, se engaja na própria definição do ato ou do autor”. Dessa forma, mais um elemento desagregador se infiltra em uma sociedade partida que precisa agora “descobrir” quem são os autores de seus medos, de quem é a culpa, essa em geral atribuída ao outro. E quem é o outro a ser responsabilizado? São as elites políticas ou econômicas? Quem são as elites que não enfrentam as questões sociais? É a polícia que é despreparada, violenta e corrupta? São as comunidades pobres que abrigam o tráfico que espalha o terror na cidade? É a imprensa que estampa essa fragilidade em suas manchetes? É qualquer um dentro destes novos e modernos estereótipos institucionalizados pela fragilidade das relações sociais? Alba Zaluar (1998) identificava que “o problema é que onde não há organização social ou a ‘comunidade’ é fraca, vizinhos têm medo um do outro”. Essa afirmação deve ser revista à luz da nova realidade de uma organização que passou por modificações, por pressões ou adesões de conveniência ou medo das associações de moradores aos grupos violentos. A convivência por medo ou por interesse, a corrupção policial e civil e a participação de parcela da população teriam um papel nessa rede, mas até que ponto e qual a intensidade?.

Mas há outros aspectos a serem levados em conta. Indubitavelmente o “tráfico de drogas” tem sido apontado como o elemento prioritariamente responsável pelo aumento da violência traduzido em mortes por arma de fogo em notícias de jornais, declarações de autoridades responsáveis pela segurança pública e pelas pessoas. Misse nos recorda que desde a década de 1950 havia a atuação de “polícias mineiras”. Vale recordar que esses “esquadrões da morte” foram responsáveis pelo assassinato de um perfil definido por homens jovens e pobres. Ou ainda o surgimentos de “justiceiros” em comunidades novas e pobres que por formas violentas afastavam ou eliminavam indivíduos que contrariavam

regras de valores da comunidade como estupros e roubos. Essa violência estava bem definida espacialmente: bairros periféricos e pobres ou algumas favelas. Havia uma separação bem definida entre “favela” e “asfalto”. O adensamento populacional, o estabelecimento de novas relações de poder então ligadas às redes ilícitas que envolvem atividades como o tráfico de drogas, mas também venda de serviços e de mercadorias demonstra uma relação entre o poder político (eleição de vereadores associados a estas atividades) e o econômico. A população das comunidades pobres é vista potencialmente não só como mercado de trabalho para atividades ilícitas, mas também consumidora, como por exemplo, o consumo de monopolizados como a distribuição de gás engarrafado, a distribuição de canais de televisão a cabo (“gatonet”) e o transporte de pessoas por empresas de moto táxis no Rio de Janeiro. Há outras modificações sociais a serem consideradas na esfera das famílias que refletem o afrouxamento de regras sociais de um lado e o enrijecimento de outro que atingem as famílias e os seus jovens, independente de residirem em comunidades ou não (MISSE, 2002). Em outros espaços urbanos dentro da mesma cidade podemos identificar o local de residência do público consumidor de outros produtos ilícitos (drogas) que se desloca até pontos estabelecidos para compra, pois a ampliação desse mercado de consumo tem sido crescente a partir do aumento do volume de apreensões. Cabe aqui introduzir os lugares na cidade onde há o consumo de drogas. Geralmente esquecido, os locais de produção, o espaço percorrido e os locais de venda tem sido privilegiados no estudo da violência por serem palco de disputas de controle, o espaço onde ocorre o consumo por vezes não é o da esfera do privado. Um exemplo desse consumo a céu aberto é o de “cracolândias” que se disseminam em locais de passagem e de grande fluxo de pessoas, de espaços públicos nas cidades. Esses lugares públicos de consumo aberto ao mesmo tempo afastam pessoas não consumidoras e atraem aqueles que se drogam, num círculo vicioso de identificação do lugar como perigoso e violento pelas ações dos frequentadores. Sob ação de drogas ou não, há o receio de agressões e roubos, levando um aumento do estigma do local. As pessoas desviam dele como ponto de passagem, alteram seus itinerários ou passam a frequentá-lo em grupo em determinados horários considerados seguros. Outros, simplesmente deixam de frequentá-lo.

O que se pode observar atualmente, em decorrência desse processo, é que o indivíduo faz um enfrentamento cotidiano e procura fazer escolhas, mais ou menos racionais, para lidar com esse crescente estado de violência e desorganização da face

complexa da sociedade. Essa dificuldade que reside na intimidade do indivíduo é acrescida por um quadro repleto de aspectos determinantes observáveis no padrão epidemiológico que se altera com a urbanização e industrialização, a crescente violência.

O mesmo parece ocorrer hoje no Brasil nas tentativas bairristas de explicar o crescimento da violência como resultado da "cultura carioca" baseada na malandragem, por extensão nos favelados – negros, pardos e brancos pobres - da cidade os que ocupam o lugar do bode expiatório. Esta preocupação com a violência, agora um item tão importante para gerenciar o cotidiano quanto às questões econômicas ou políticas, não surgem do acaso. Misse (2002) afirma que esta percepção tem início na década de 1970, representada no imaginário da sociedade por uma relação direta entre criminalidade e pobreza, e a suposição de um aumento da impunidade entre estes bandidos oriundos das “classes perigosas”, que teria propiciado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a mobilidade da população brasileira dentro do território foi historicamente, relevante. Normalmente, estes deslocamentos coincidiram com a atração econômica e mais recentemente, com o processo de urbanização. Porém, são as grandes metrópoles e, sobretudo, as suas periferias, que receberam ou ainda recebem a maior parte deste fluxo de migrantes do Brasil itinerante. É nesse universo de complexidade que envolve o uso do espaço público, a violência que buscamos delinear a conjuntura teórica em torno da insegurança no mundo moderno gerada pelo fenômeno da urbanização.

A partir desta abordagem, é possível aproximar a qualidade de vida comprometida mostra um número significativo de moradores, principalmente aqueles em idade economicamente ativa, acometidos por uma variedade de signos que podem ser observados através de um discurso que expressa pessimismo, apatia, depressão, falta de interesses variados, abandono de causas políticas e uma profusão de sintomas de medo e incertezas. A solução para estes problemas é sabidamente complexa por envolver muitos atores, como as comunidades, a promotoria pública especializada, a administração municipal e ONG(s). Frente a essa realidade, para garantir o uso dos espaços públicos maximizando seu reaproveitamento, se faz necessário o desenvolvimento de ações relativas conseqüências

diretas sobre a quantidade e a qualidade do espaço público disponível para os indivíduos, além de alterar os valores, modos de vida e hábitos de todos os cidadãos.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

ACSELRAD, H. (1999). Discurso da Sustentabilidade Urbana. In: **R.B. Estudos Urbanos e Regionais**, n.1, maio, pp. 79-90.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2003. Disponível em:

<<http://www.ims.uerj.br/nupevi/desarmamento.pdf>>. Acesso em 07 ago. 2010.

CASELLA, Luana Lacaze de Camargo. Hospitalidade dos Espaços Públicos. In: **VII SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA**, São Paulo, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LEFEBVRE, Henry. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 1994.

_____. **A vida cotidiana do mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1980.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, set./dez. 2007.

_____. **Sobre a construção social do crime no Brasil: Esboços de uma interpretação**. Portal Segurança Cidadã – Biblioteca Digital – Textos Reflexões. Texto nº 06, p. 141.

Disponível em: <http://www.segurancahumana.org.br/biblioteca/texto/k6_escrime.pdf>. Acesso em 20 set. 2007.

_____. **Violência: o que foi que aconteceu?** Jornal do SINTURF, ano XVII, n. 529, 2002. Disponível em:

<<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/Violencioquefoiqueaconteceu.pdr>>. Acesso em: 28 ago. 2010.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **Violência e segurança pública no Brasil e América Latina**.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. **Espaço e política – tecendo o espaço público na sociedade urbana contemporânea**. 2010. Disponível em:

<<http://eventos.filo.uba.ar/index.php/geocritica/2010/paper/viewFile/668/317>>. Acesso em: 28 ago. 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole** – o medo generalizado e a militarização da questão urbana. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

ZALUAR, Alba. Violência, Cultura e Poder. **Semiosfera: Revista de Comunicação e Cultura**, Rio de Janeiro, ano 3, ed. especial, dez. 2003.

_____. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia (org). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília, 2007.